

Acta da Reunião Interdepartamental

19 de Fevereiro de 2010 I 9.30h

Presentes

Departamento	Presentes
Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial	Helena Lopes DA – João Pedrosa DPTUP – Marta Moreira DPTUP – Nuno Gusmão SEDS – Susana Pinho SEDS – Susana Peixoto
Departamento de Educação, Acção Social e Juventude	Francisco Lemos
Departamento de Trânsito e Transportes	Augusto Monteiro
Departamento de Finanças e Património	Alexandra Carvalho
Departamento de Comunicação, Imagem e Relações Institucionais	Paulo Vilarinho
Departamento de Desporto	José Pedrosa
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Carlos Mendes
Departamento de Gestão Urbana	Francisco Cunha
Departamento de Conservação e Manutenção de Estruturas Municipais	Vítor Ascensão
Departamento de Administração Geral	José Fortes Morais
Espaço Municipal	Rui Bessa
	Joana Ribeiro

Enquadramento da Sessão

No início da reunião foi efectuada uma pequena introdução que clarificou os objectivos da reunião e reembrou as temáticas a serem discutidas, coincidentes com as áreas prioritárias definidas pela população no WSP “pensar a maia”, e posteriormente validadas pelo Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável e ainda aprovadas pelo executivo municipal:

- Uma visão de Futuro
 - Um município com vida, com dinâmica social e cultural
- Os três Problemas
 - Formação cívica, sensibilização e responsabilidade social
 - Mobilidade reduzida entre freguesias
 - Falta de uma rede de transportes públicos que abranja todas as freguesias, apostando em veículos não poluentes
- As três Soluções
 - Criação de orçamento participativo para o plano de agenda 21 da maia
 - Campanhas de sensibilização com incentivos fiscais para quem evidencia boas práticas ambientais
 - Mobilidade – rede de transportes e zona inter freguesia e industrial, controlando a vertente da poluição. Criação de ciclovias em zonas estratégicas

Áreas Temáticas Debatidas

Tema - Transportes e Mobilidade

Ao longo do tempo, o Município da Maia empreendeu todos os esforços para corresponder às necessidades de mobilidade que a população da Maia reivindicava. No entanto, foi-se verificando que muito desses esforços não correspondiam a uma necessidade efectiva de mobilidade. Após a criação de carreiras para colmatar as falhas de deslocação solicitadas pela população, verificou-se que, sucessivamente, estas foram encerradas por falta de fregueses, subsistindo apenas uma carreira que liga o centro da Maia a Vilar de Luz.

Como uma das razões apontadas como possível origem para o desfasamento entre a expectativa de mobilidade criada pelos cidadãos e a sua utilização efectiva, é a aparente rivalidade entre Freguesias que, ao quererem estar igualmente cobertas por transportes públicos, influenciam o percurso e a eficácia da mobilidade em transportes públicos. Para além desta possibilidade, existe o facto evidente de baixa procura que condiciona toda a delimitação do traçado de mobilidade para o concelho.

Foi ainda apontada a limitação de acção das Câmaras Municipais ao nível dos transportes e da mobilidade, focando-se essencialmente na emissão de licenças. Face a este constrangimento legal de operacionalidade, a Câmara Municipal direciona-se nesta matéria em desenvolver a sua política de transportes, na qual se inclui o desenvolvimento do Plano Municipal da Mobilidade Sustentável. Este Plano Municipal de Mobilidade Sustentável deverá ser um plano agregador dos projectos já existentes, e deverá ser assumido como a base de sustentação da estratégia municipal ao nível dos transportes. Para tal, será necessária uma contribuição significativa na informação a ceder dos sectores da Câmara Municipal relacionados com os transportes.

Relativamente à escala de actuação ao nível dos transportes, referiu-se que a metropolitana é a escala mais adequada. Neste sentido, o papel da Câmara Municipal deverá ser o de definir e exprimir as suas necessidades e demonstrá-las ao nível metropolitano.

Concluiu-se portanto que, para além da procura deficitária de transporte público, o papel “operacional” da Câmara Municipal é ainda reduzido para a resolução do problema da mobilidade.

Descreveu-se ainda a importância de dissuadir a utilização do transporte privado em benefício da utilização do transporte público, através do desenvolvimento de políticas de desincentivo à utilização do transporte privado. Contudo, foi ainda apontado que esta situação é a mais importante mas também a mais difícil de reverter uma vez que não existe nenhuma alternativa viável, nomeadamente em termos de conforto, rapidez pontualidade e frequências ajustadas. Como exemplo, foi referenciado o caso do acesso à Zona Industrial da Maia, ou seja, como nunca existiu alternativa pública ao acesso à Zona Industrial em termos de transportes públicos, os trabalhadores foram adquirindo o automóvel e o hábito de se deslocarem através deste transporte privado.

Espera-se que com o Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, se encontrem soluções criativas e viáveis de resposta a níveis de procura reduzidos. Foi ainda referenciado que o esforço da Câmara Municipal deverá ser direcionado para a delimitação de interfaces, preferencialmente intermodais, nomeadamente junto às paragens de metro (dado ser este um transporte público de sucesso aos locais que serve) e sugerir outros locais críticos de intermodalidade ou de ausência crítica de mobilidade e mostrando aos operadores privados onde está o mercado.

Relativamente às zonas modais, estas deverão coincidir com as zonas de interface modal, minimizando o custo associado à intermodalidade nos transportes.

Foi referido que a solução para o problema de mobilidade deverá passar por garantir transporte aos utentes que não têm alternativa, cativando o utente particular para uma boa utilização do transporte colectivo, uma vez que o investimento foi o de definir uma boa rede de metro e os respectivos interfaces modais com a mesma.

Foi ainda referenciado, que a solução para o problema de mobilidade no município deverá ter em consideração três perspectivas:

- o Garantir o bom serviço de transportes;
- o Maximizar os recursos existentes;
- o Dissuadir a utilização do transporte privado.

Orçamento Participativo

Relativamente a esta temática, foi questionada a forma como se deveria introduzir o orçamento participativo, alertando para o facto que, estando o orçamento municipal actual sobreavaliado, será mais sensato atribuir um montante específico, em detrimento de atribuição de uma percentagem sobre o orçamento municipal.

Foi ainda sugerido que o Grupo Coordenador do processo **maia21** efectuasse uma pesquisa de estudos de caso para se discutir posteriormente a melhor forma para a sua concretização.

Formação Cívica, Sensibilização e Responsabilidade Social

Este tema é transversal a todas as outras áreas devendo também ser conduzido internamente. Neste sentido foram elencados diversos projectos em curso que se direccionam no sentido desta temática:

A Maiambiente, referenciou o projecto de alargamento da *recolha selectiva porta-a-porta* a todo o concelho através de um incentivo financeiro do QREN e introdução do princípio do Poluidor Pagador (PAYT). Referenciou ainda a *campanha de informação das boas práticas na área de resíduos* que está a ser levada a cabo por esta entidade, assim como a *aquisição de novas viaturas e a introdução de filtros nos veículos pesados* no âmbito da implementação do programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região Norte, também financiado pelo QREN.

A Espaço Municipal, por sua vez, apontou as acções de sensibilização ambiental em alguns empreendimentos de acção social, nomeadamente na Bajouca e em Teibas, referindo ainda a sua adesão ao projecto *Limpas Portugal* através do fornecimento de sacos do lixo, e a comemoração do dia Europeu do Vizinho no dia 23 de Maio.

O Departamento de Comunicação, Imagem e Relações Institucionais, referenciou que já estão em curso medidas para a racionalização da utilização do papel, nomeadamente nos convites para as cerimónias públicas. Uma das sugestões apontadas foi no sentido de uma maior utilização dos meios de divulgação electrónicos em detrimento do uso do papel.

Dentro do espírito da sensibilização e responsabilidade social, o Departamento da Cultura e Turismo¹ tem três projectos a decorrer. Em fase de estudo inicial está a produção de uma «brochura» em Braille sobre a Maia, a disponibilizar na Biblioteca, no Museu, no Maia Welcome Center e na recepção da Câmara. Esta brochura, com informação geral sobre o concelho, será complementada com informação no local sobre os espaços e as actividades neles levadas a cabo.

Já aprovadas, e a entrar em execução, há um conjunto de acções a levar a cabo no contexto das obras do Fórum, que incluem a eliminação de obstáculos físicos e a montagem de um elevador.

No que toca à sensibilização ambiental, está em fase adiantada de produção um audio-livro, coordenado pelo Maestro Víctor Dias e interpretado pelos Pequenos Cantores da Maia acompanhados por nomes como Rui Veloso, Luís Represas, Manuela Azevedo, Vozes da Rádio, Fernando Tordo, etc., etc.. Tem como título «Pzziim, um raio de energia», e procura sensibilizar os mais pequenos para as energias alternativas e para a poupança e a racionalização nos gastos de energia. É uma iniciativa da CMM e da Academia das Artes.

Outros Assuntos

Face ao panorama de desemprego e das consequências sociais evidentes que este induz na vida da população, foi considerado que seria de todo o interesse introduzir a questão social nas áreas prioritárias de intervenção no processo maia21, sugerindo-se para tal uma nova abordagem sobre este assunto, no sentido do seu aprofundamento numa futura reunião temática.

¹ Contributos do Departamento da Cultura e Turismo enviados via email.

Neste âmbito, referenciou-se como prioridade a fixação de postos de trabalho, sugerindo-se como uma das soluções, o desenvolvimento de Campanhas de sensibilização que incluam incentivos fiscais às empresas que fixarem empregos, à semelhança da medida apontada no WSP relativamente à formação Cívica, sensibilização e Responsabilidade Pessoal.

Sobre este assunto foi referenciado que foi adjudicado um estudo à Universidade do Porto que visa conhecer e apontar medidas que contrariem a tendência de desemprego e aumente a fixação de postos de trabalho nas empresas.

O Grupo Coordenador
Maia, 5 de Março de 2010